

JANSENISMO.
AUGUSTINIANISMO

1. UMLENTE JANSENISTA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – ANTONIO SOARES BARBOSA

António Soares Barbosa nasceu em Ancião a 5 de Maio de 1734. Foi educado no Seminário Episcopal de Coimbra. Ordenado presbítero, tornou-se Mestre da instituição onde se formara, fundada pelo Bispo D. Miguel da Anunciação. Em 16 de Junho de 1761 fez a sua formatura em Cânones e a 20 de Fevereiro foi nomeado professor de Lógica na Universidade de Coimbra.

Segundo o *Diário da visita do Marquês de Pombal à Universidade*, no dia 9 de Outubro de 1772, sexta-feira, foram doutorados vários Lentes pelo Senhor Marquês: 3 para a nova Faculdade de Matemática, três para a Faculdade de Medicina e dois para a Faculdade de Filosofia. Dos dois Lentes de Filosofia um era António Soares, que, na terça-feira seguinte, dia 13, à tarde, recitou na presença do Marquês a Oração de abertura da sua Faculdade. Tinha a seu cargo a cadeira de Lógica, Metafísica e Ética¹.

Jubilou-se em 23 de Março de 1790 e é nomeado Director da sua Faculdade em 29 de Março de 1791. Foi Sócio da Academia Real das Ciências e Deputado da Directoria Geral dos Estudos na criação da mesma Junta a 11 de Dezembro de 1799. Dirigiu a sua Faculdade até 22 de Janeiro de 1800. Faleceu a 3 de Abril de 1801².

António Soares Barbosa, por vezes apenas António Soares (não confundir com o jesuíta António Soares), deixou-nos várias obras, algumas impressas, outras manuscritas.

Impressas:

- 1 – *Discurso sobre o bom e verdadeiro gosto na Filosofia*, Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1766. Saiu com o nome de António Soares.
- 2 – *Tratado Elementar de Filosofia Moral*. Coimbra, 1792, 3 vols.
- 3 – *Elevações a Deus sobre todos os Mystérios da Religião Christã. Tradução de Bossuet*. 1794, 2 vols, 12.º (Sem nome do tradutor).
- 4 – *Parecer sobre os chamados Actos de Fé, Esperança e Caridade e de outras virtudes christans*. Traduzido de Guadagnini. 8.º. Coimbra: na Imprensa da Universidade, 1798.
- 5 – *Compêndio da História do Antigo e Novo Testamento com as razões com que se prova a verdade da nossa Religião*. Traduzido da língua franceza para instrução da Mocidade Portugueza por Antonio Soares. Lisboa: Na Impressão Regia, 1830.

¹ VASCONCELOS, António de – *Escritos Vários*. I, p. 365.

² Em 1777 aparece na *Relação Geral do Estado da Universidade* (p. 103) como Lente do 1.º ano filosófico na cadeira de Lógica, Metafísica e Ética.

As seguintes ficaram manuscritas, algumas já licenciadas para se imprimir:

- 1 – *Educação e Instrução christam em forma de Cathecismo por outro nome Cathecismo de Nápoles*, trad., 3 vols. 8.º licenciada.
- 2 – *Cathecismo sobre a Igreja, traduzido e acrescentado*, 8.º
- 3 – *Cathecismo sobre o Santo Sacrifício da Missa*, 8.º
- 4 – *Exposição do Decreto do Concílio Tridentino sobre as indulgencias*, 8.º
- 5 – *Meditações sobre o Evangelho, traduzido de Bossuet*, 4 vols. 8.º, licenciada.
- 6 – *Carta de um Theologo sobre a distinção das duas Religiões, Natural e Revelada. Traduzido do Abade Pelvert*, 8.º.
- 7 – *Exame Analytico da proposta de hum Paroco contra o Parecer sobre os Actos de Fé, Esperança e Caridade*, 8.º³.

a) O tradutor

As traduções feitas pelo Doutor António Soares Barbosa são justificativas da sua adesão ao jansenismo.

Observemos a obra do jansenista italiano João Baptista Guadagnini – *Parecer sobre os actos de Fé, Esperança e Caridade* que traduziu e imprimiu em 1798 na Real Imprensa da Universidade, embora sem o seu nome.

Segundo este jansenista italiano a doutrina sobre as virtudes teologais constitui o âmago da moral evangélica e o seu exercício é essencial à vida cristã. Sem a Fé, Esperança e Caridade não se pode, como se deve, vencer o peso da concupiscência, «efeito desgraçado do pecado original». Mas não devem os Pastores e Pregadores ilustrar-se sobre esta matéria nos livros dos Escolásticos. Há neles muita obscuridade e grande discrepância entre os autores. O Cardial Lambertini chegou mesmo a afirmar que na doutrina moral não havia matéria que fosse objecto de tanta discordância. «Se há alguma matéria que se ache enredada com equívocos e encoberta com obscuridades pelos émulos da Escola Augustiniana, para que não apareça tal qual é defendida por aqueles que estão persuadidos ser este um ponto capital da doutrina de Santo Agostinho, é, sem dúvida, a matéria de que falo»⁴. Antes das condenações de Alexandre VII, Inocêncio XI e Alexandre VIII, os Escolásticos tinham caído em erros numerosos, por exemplo, o homem em toda a sua vida não tem qualquer obrigação de fazer um só Acto de Fé, Esperança e Caridade, por força dos preceitos divinos que dizem respeito a estas virtudes. Esta proposição foi condenada por Alexandre VII.

³ O Catálogo das obras do Doutor António Soares Barbosa vem publicado no fim da obra de seu irmão, Jerónimo Soares Barbosa – *As Duas Línguas ou Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*. Coimbra, 1807. Jerónimo Soares Barbosa foi professor no colégio das Artes. Deixou manuscrita e já licenciada uma obra do autor jansenista flamengo, Opstraët – *Verdadeira Ideia da conversão do Pecador. (Dissertatio Theologica de conversione peccatoris)*.

⁴ *Parecer sobre os Actos de Fé, Esperança, e Charidade, e de outras virtudes christans*, Coimbra. Na Real Imprensa da Universidade. Anno de 1798, p. 109.

Outros afirmaram que ninguém estava obrigado a amar a Deus, seu último fim, nem no princípio, nem durante a sua vida. Doutrina condenada por Alexandre VIII. Inocêncio XI condenou várias outras proposições, v.g., não é réu de pecado mortal quem, em toda a sua vida, apenas fez um Acto de amor a Deus, ou relativamente à Fé não há preceito especial; quando muito basta fazer um Acto de Fé na vida; que basta ter acreditado uma vez nos mistérios da Trindade; que pode ser absolvido aquele que, mesmo por negligência culpável, tudo ignore acerca desses mistérios; no que respeita ao amor divino, este não obriga, a não ser quando precisamos de nos justificar e não temos outro caminho. Finalmente, é possível que obrigue cada quinquénio, mas também é possível que não haja um preceito rigoroso, mesmo para o quinquénio.

No tempo presente, os teólogos que seguem a luz das Sagradas Escrituras e dos Santos Padres, e não a razão humana, fraca e obscurecida pelas paixões, procuram distanciar-se destas relaxações.

Guadagnini combate o probabilismo e confessa que não gosta de ler, e muito menos de comprar, os livros dos probabilistas⁵.

Mas os teólogos modernos não se libertaram das obscuridades e variedade de opiniões. À pergunta: quantas vezes se devem fazer Actos de Fé, Esperança e Caridade dão respostas várias e diferentes. O P. Viva, teólogo moralista italiano, diz que muitas vezes, mas se se lhe pergunta quantas vezes, não é capaz de dizer. O mesmo sucede com Geneto. O Cardial Gotti diz que frequentemente durante a vida, mas não vai além de opinião mais provável e segura. O teólogo Antoine (Paul Gabriel, 1678-1743) diz sensivelmente o mesmo: os Actos de Fé e Esperança devem fazer-se muitas vezes no decurso da vida; os de Caridade muitíssimas vezes.

Tudo isto demonstra a variedade de opiniões que grassa entre os Doutores. E o célebre P. Concina, com receio de ser considerado muito rigorista, navega também na insegurança: a obrigação de amar a Deus deve reduzir-se (e não estender-se a todas as festas, como tinha dito) a todos os domingos somente. Mas acrescenta ainda: talvez se possa satisfazer esta obrigação em qualquer dia da semana. Isto é o que me parece mais provável e tudo sujeito ao juízo e parecer dos homens sábios.

Ora, pergunta Guadagnini: qual é o fundamento seguro com que alguns têm fixado o preceito a cada triénio, outros a cada ano, outros a cada mês, outros a cada semana e outros a cada festa? E que razão tiveram para diferenciar entre Fé e Esperança, por um lado, e a Caridade por outro? E obrigarem muito frequentemente aos actos de Caridade, e muito raras vezes aos da Fé e Esperança? Não se pode fazer Actos de Caridade sem que encerrem a Esperança e a Fé. Pode-se crer sem esperar e amar, mas não se pode amar, sem ao mesmo tempo crer e esperar. É doutrina de Santo Agostinho. E diz S. Tomás que a caridade de nenhum modo pode estar sem Fé e Esperança. Por isso, a Caridade encerra a Fé e a Esperança. S. Pedro

⁵ *Ibidem*, p. 9.

quer que a caridade seja contínua e S. Paulo que todas as nossas acções se façam com caridade. Assim, os Actos de que falam os Escolásticos devem ser contínuos, e não raros, que admitam intervalos de meses e anos. A Escritura não apoia o pensar dos Escolásticos.

Guadagnini entende que é preciso eliminar as causas destas obscuridades. Trata-se, com efeito, de doutrina essencial ao Cristianismo. Mas será isso possível? Guadagnini não tem dúvidas quanto à resposta. «Penso que toda a obscuridade nasce da linguagem equívoca das Escolas, e da qual se servem os Teólogos, quando tratam desta matéria»⁶. A linguagem peripatética que se introduziu nas Escolas tem embrulhado muitas matérias teológicas. É certo que nem todos os Escolásticos devem ser condenados. Deixemos tal censura para Lutero e os outros hereges. A Dialéctica pode ser útil, se moderadamente utilizada. São, porém, repreensíveis os Escolásticos de certo tempo que se entregaram a questões frívolas e subtilezas peripatéticas, deixando de parte questões essenciais. Seguiram mais a Aristóteles que as Sagradas Escrituras, os Padre, os Concílios, as Liturgias e a História Eclesiástica.

O Papa Gregório IX chamou a atenção para estes inconvenientes na Carta aos Doutores e Estudantes de Paris, proibindo-lhes tratarem de questões inúteis, e mandando que se dedicassem às que podem ser decididas pela Sagrada Escritura e pelos livros dos Santos Padres, no uso de uma linguagem acessível ao povo, não misturando a «língua santa com a profana e pagã».

Para que servem expressões embrulhadas de *hábito* e *acto*; de amor *habitual* e *actual*; de amor *afectivo* e *efectivo*, *sensitivo* e *apreciativo*; *material* e *formal*, todas inventadas pelos Escolásticos?

Eles adoptaram vocábulos novos, na intenção da clareza; porém, com pouca prudência, contrariando o conselho do Apóstolo a Timóteo: *Ó Timóteo, guarda o depósito que te foi confiado, evitando as profanas novidades das palavras* (Ad. Tim. c. 6). A Igreja sempre se absteve de inventar palavras não consagradas pelas Escrituras e pelos Santos Padres, excepção feita para o vocábulo «Transubstanciação». Quando se fala a linguagem das Escrituras, dos Padres e da Igreja usa-se uma linguagem que o povo entende, porque é uma linguagem natural e popular. Mas o mesmo não acontece com os Peripatéticos. Eles afastam-se das fontes puras da Teologia, e é isto o que explica a variedade de interpretações e pareceres, as contradições e obscuridades que a linguagem peripatética acumulou em matérias importantes, como a graça e a oração. A linguagem da Escritura é clara. A palavra *Actos* dos Escolásticos é obscura, porque eles dão-lhe sentidos diferentes.

Quem não entende a Escritura quando diz, com os Padres: que *Deus manda crer e esperar n'Ele e amá-Lo?* Ou então: *A Fé obra pela caridade; a Fé sem obras é morta; Filhinhos, não amemos com palavras e com a língua, mas com obras e verdade? Todo o que tem esta Esperança n'Ele santifica-se, assim como Ele é santo.*

⁶ *Ibidem*, p. 18.

Oh, quão diferentes são estes Actos de Fé dos Escolásticos! E quão diferente é a linguagem das Escrituras da das Escolas!

Se os Escolásticos continuassem a afirmar que devemos crer, esperar e amar, não só frequentemente, mas *de continuo moralmente*, quem veria nisso obscuridade? Diz o Apóstolo que *o justo vive da Fé*, lanterna para os nossos pés, luz para os nossos passos, segundo o salmista. Por isso, deve estar-nos tão presente como está a lanterna ao que caminha e a vida ao que vive.

Quanto à Esperança diz o salmista: «*desde a madrugada até à noite espere Israel no Senhor; espere Israel no Senhor, desde agora e para todo o sempre*». E, finalmente, quanto à caridade, diz S. Paulo: *Antes de tudo tende uns para com os outros uma contínua caridade*.

Esta é uma linguagem clara e natural. Ao contrário da dos Escolástico. Estes inventaram os vocábulos e a expressão: *Fazer Actos de Fé, Esperança e Caridade*. Ora a palavra *Acto*, tomada em sentido abstracto, não se encontra na Sagrada Escritura, nem, ao que parece, nos Santos Padres, nos Concílios, isto é, em nenhuma das fontes primárias da Teologia. O sentido tão restrito à palavra *Actos*, «reduzidos estes a meras reflexões, conceitos e protestações, separadas de tudo o que tende à observância dos mais preceitos, dá uma muito fraca ideia das virtudes teológicas; propondo-as como se não influíssem em todos os pensamentos, palavras e obras do cristão: ideia inteiramente contrária à que nos dão as Escrituras e os Santos...»⁷.

Além disso, os Teólogos Escolásticos nunca explicaram claramente o sentido que davam àqueles vocábulos. Por isso, não é possível determinar a frequência de tais Actos.

O exercício destas virtudes tem de ser contínuo, «e não com tão grandes intervalos, nem com actos tão momentâneos, como os modernos Escolásticos estabelecem»⁸.

Depois de analisar os vários sentidos do vocábulo *Actos* atribuídos pelos Escolásticos, Guadagnini aponta o caminho a seguir: é preciso voltar à linguagem da Escritura, da Tradição e do Povo.

O regresso às fontes puras do cristianismo, ao conhecimento directo das Sagradas Escrituras, à pureza da doutrina e o repúdio das subtilezas escolásticas era um dos postulados do humanismo. A crítica de Erasmo à teologia medieval está patente no *Elogio da loucura*. Não se aprende a ciência de Cristo nas intermináveis disputas escolásticas, mas nos livros dos Evangelistas – escreve na *Paraclese ou Exortação ao estudo da Filosofia cristã*. Por que dedicamos mais tempo a ler as obras dos homens (Escolásticos) que as Sagradas Escrituras? – pergunta o humanista.

b) Os dois amores e as duas cidades: Jerusalém e Babilónia

Não são meramente as obras exteriores as que distinguem o cristão, o judeu e o genio. Todos estes podem ser nisso iguais, segundo diz Santo Agostinho. Pelo que toca – diz ele

⁷ *Ibidem*, p. 99.

⁸ *Ibidem*, p. 91.

– às obras exteriores, tanto os que temem a pena, como os que amam a justiça, observam o preceito *não furtares*, e, por isso, são iguais nas obras, mas desiguais no coração, iguais na obra, desiguais na vontade. Diferem pelo espírito interior de onde procedem as obras.

O espírito do amor do século, ou ao menos, o da honestidade natural e do amor natural da virtude, da ordem, da pátria, dos filhos e parentes, é quem forma o gentio, o qual nunca se move e obra pelo último fim que é Deus.

As obras do gentio, como gentio, por especiosas que pareçam, são por sua natureza, produzidas pela vã glória, pela ambição, pelo interesse, pelo prazer, pela própria satisfação, como diz Santo Agostinho, falando das obras dos romanos virtuosos nos seus livros da *Cidade de Deus*. E mesmo no caso em que são produzidas pelo amor natural da virtude, da ordem, da pátria, dos filhos, além de tais obras serem quase sempre contaminadas pela vaidade, pela presunção e outros afectos viciosos, nunca deixam de ser sempre viciosas, por lhes faltar a devida direcção para Deus, como último fim. Este amor todo terreno, e que nada tem de divino, chama-lhe Santo Agostinho amor do século. É o que forma a cidade terrestre e a Babilónia, assim como o amor de Deus forma a cidade celeste e a Jerusalém. «Dois amores são os que formam estas duas cidades. O amor de Deus faz a Jerusalém e o amor do século a Babilónia. Pelo que cada um pergunte a si que é o que ama e saberá de que cidade é cidadão»⁹.

Todos sabem que o espírito de temor do castigo eterno forma o judeu e os filhos de Agar escrava. Pois esta é doutrina trivial do Apóstolo e bastante inculcada por Santo Agostinho. Aquele espírito faz com que se observe o natural da lei, não por amor, como filho e como livre, mas pelo temor do castigo temporal e eterno, como escravo, ou ao muito pela esperança de prémio, como mercenário. E, como diz o Apóstolo, o cumprimento da lei é o amor, segue-se que onde não há amor não pode haver cumprimento da lei, como mostra Santo Agostinho em muitos lugares.

O espírito do cristianismo consiste na Fé, sustentada pela esperança e obrando por meio da caridade. «A caridade é a que encerra as duas primeiras e é o espírito que faz o cristão filho de Deus e faz clamar a Ele chamando-o – Pai; O gentio, porém, é um estranho e o judeu não é mais que um escravo»¹⁰.

c) Outras traduções

O Dr. António Soares traduziu da língua francesa, sem indicação do nome do autor, o *Compendio da Historia do Antigo e do Novo Testamento*. Em curto prólogo dirigido aos educadores da Mocidade, expõe o seu conceito de educação.

A verdadeira educação (cristã) é a que assenta os conhecimentos no alicerce firme da Religião. As desordens que se verificam na juventude resultam da falta de instrução na anti-

⁹ *Ibidem*, p. 86.

¹⁰ *Ibidem*, p. 86-87.

guidade, perfeição e santidade da Religião. Nascemos nas trevas da ignorância e a má educação acrescenta – lhe muitos falsos preconceitos – escreveu o pedagogo Charles Rolin no seu *Traité des Études*.

Por isso, aconselhava os Mestres a aproveitar o tempo em que a Mocidade ainda era dócil e apta a receber as verdades da fé. Eles foram pelo próprio Cristo revestidos da nobre função de vigiar continuamente pela conservação nos jovens do precioso tesouro da inocência recuperada no Baptismo e de os instruir nos mistérios da Fé em ordem à sua salvação. É disto que terão de dar contas, e não se fizeram bons poetas ou bons oradores.

A fonte da educação cristã encontra-se nos livros Sagrados do Antigo e do Novo Testamento. Contêm histórias curtas e simples, acessíveis mesmo às pessoas rudes e incultas. Os jovens não são capazes de abstracções. Por isso, as verdades da fé têm de ser-lhes apresentadas de maneira que possam percebê-las sensivelmente. É o que ensina outro grande pedagogo – Fénelon – Arcebispo e duque de Cambrai. Este foi o método usado já por Santo Agostinho que, por sua vez, o recebeu da prática usual da Igreja. E que consistia em mostrar pela continuação da História a Religião tão antiga como o mundo, Jesus Cristo esperado no Antigo Testamento, e Jesus Cristo reinando no Novo. É esta a substância da instrução e doutrina cristã.

Sobre o valor do *Compendio* traduzido, diz ainda Rolin que «foi composto com cuidado e contém reflexões utilíssimas». Além disso, é de extensão razoável: menos sucinto que o de Fleury, e menos extenso que o de Messengui (*Abrégé de l'histoire de l'Ancien et du Nouveau Testament avec des remarques*. 1737-1738, 3 vols.).

Traduziu também e imprimiu as *Elevações a Deus sobre todos os Misterios da Religião Cristã*, do Bispo de Meaux, Jacques Benigne Bossuet. O original é precedido de uma Carta Pastoral redigida pelo teólogo jansenista Duguet e outra pelo sobrinho do autor, o Bispo de Troyes¹¹. O tradutor, com certeza António Soares Barbosa, faz no princípio do primeiro volume umas *Reflexões* sobre o objecto da obra a fim de se ler com maior fruto, e anuncia que está a trabalhar na tradução das *Méditations sur l'Évangile*. E, de facto, deixou traduzida e licenciada esta obra do Bispo de Meaux. Mas nunca chegou a imprimir-se. No original tem um prefácio do seu sobrinho, do mesmo nome, Jacques Benigne Bossuet, que era Bispo de Troyes, e conhecido jansenista.

Segundo o P. Patouillet, autor do *Dictionnaire des livres jansénistes*, vários Bispos (e em particular o Bispo de Acqs) tinham retirado estas *Meditações* das mãos dos Fiéis por conterem muitas coisas perigosas no corpo da obra e, sobretudo, no prefácio que é do Bispo de Troyes¹².

¹¹ Esta publicação foi criticada pelo *Journal de Trévoux*, a revista mensal dos jesuítas franceses, no seu número do mês de Junho de 1731. Em resposta, o Bispo de Troyes publicou uma *Instruction pastorale au sujet des calomnies avancées dans le Journal de Trévoux, du mois de Juin de 1731, contre les élévations de Dieu sur tous les mystères de la religion chrétienne, ouvrage posthume de feu M. Bossuet, Évêque de Meaux*. Paris: Barthélemy Alix-Claude Simon. 1733. 1 vol.

¹² *Dictionnaire des livres jansénistes ou qui favorisent le jansenisme*. Tomo III, p. 46.

Deixou também traduzido e licenciado para impressão o chamado *Catecismo de Nápoles* (*Institution et Instruction chrétienne*), que o teólogo francês Pierre Étienne (ou Jean Pierre) Gourlin (1695-1775), publicara em 1766, dedicado à rainha das Duas Sicílias. Teve numerosas edições e é uma exposição da doutrina jansenista. Gourlin, durante os últimos trinta anos da sua vida, foi um dos principais redactores das *Nouvelles Ecclésiastiques*. Postumamente (1781), a sua obra em 3 tomos – *Tractatus Theologicus de Gratia Christi Salvatoris et de Praedestinatione* foi publicada pelo Abade Pelvert¹³.

O *Cathecismo sobre a Igreja*, é a tradução, anotada, do *Cathécisme sur l'Église pour les tems de trouble, suivant les principes expliqués dans l'Instruction Pastorale de M. L'Evêque de Senès*.

Diz a este respeito o *Dictionnaire* (...): este libelo é um extracto da *Instruction* de M. Senès e é tão pernicioso como a fonte onde o autor se inspirou.

O Bispo de Laon (La Fare) condenou o *Cathécisme sur l'Église* e proibiu a sua leitura sob pena de excomunhão por uma carta pastoral datada do 1º de Dezembro de 1731¹⁴. É seu autor Jérôme Besoigne, nascido em Paris, em 1686, e falecido na mesma cidade em 1763. Nesta sua obra – *Cathécisme sur L'église pour les tems de trouble*, Jérôme Besoigne trata de pôr o jansenismo ao alcance dos fiéis. Mistura frequentemente aos seus princípios jansenistas ideias richeristas, ou presbiterianas, e defende os direitos «ordinários» dos párocos¹⁵.

Segue a *Instruction Pastorale* de M. de Senès de 1 de Agosto de 1727 sobre a autoridade infalível da Igreja e sobre os caracteres dos seus juízos dogmáticos. A Igreja dos jansenistas é uma igreja sem Papa e quase sem Bispos. O povo é juiz da fé. Do povo têm os primeiros pastores a sua autoridade e exercem-na em seu nome. A este tema dedica a primeira parte. Nas outras três combate os princípios católicos sobre a visibilidade da Igreja, sobre a autoridade do maior numero dos primeiros pastores unidos ao seu Chefe, sobre a Igreja dispersa, sobre a submissão devida à Constituição.

Soares Barbosa deixou ainda manuscrito um *Exame Analytico da Proposta de hum Paroco contra o Parecer sobre os Actos de Fé, Esperança e Caridade*.

d) Quem traduziu o *Catecismo da Graça* de Mathieu Feydeau?

Em 1816 foi impresso em Lisboa na Imprensa Regia, o *Cathecismo ou Illustração sobre a Materia da Graça* e oferecido ao Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho Mello e Noronha, por L. T., iniciais de Lucas Tavares, ex-oratoriano e Censor do Desembargo do Paço.

Trata-se da tradução do *Cathécisme de la Grace*, uma pequena brochura aparecida pela primeira vez em 1650, sem nome de autor, nem de cidade, nem de impressor. Foi atribuída a vários autores: a Duhamel, pároco de S. Merry; a M. de Caumartin, Bispo de

¹³ Pelvert é o pseudónimo do P. Boaventura Francisco Rivière, jansenista ardente, nascido em Rouen, em 1714, e falecido em Paris em 1781. Publicou, anónimas, as *Lettres d'un Théologien à M. XXX sur la distinction de Religion naturelle et Religion révélée et sur les opinions théologiques* que Soares Barbosa também traduziu.

¹⁴ *Dictionnaire*..., tomo I, p. 238.

¹⁵ TAVENEAU, René – *Jansénisme et Politique*. Paris: Armand Colin, 1965, p. 229.

Amiens e ainda a um cônego de Beauvais, Godefroy Hermant. O historiador do jansenismo, Gabriel Gerberon, afirma que o autor do dito Catecismo é Mathieu Feydeau, Doutor da Sorbonne.

Para o P. Patouillet este catecismo é um resumo perfeito do *Augustinismus* de Janse-
nio. Contém vários erros. Por exemplo, Feydeau nega que a graça necessária para crer e
para orar seja dada a todos; afirma que os justos não têm sempre os socorros necessários
para vencer as tentações e que Jesus Cristo não morreu por todos; derramou o seu sangue
apenas para salvar os eleitos e dar a alguns graças passageiras. Afirmava também que para
que a vontade seja livre bastava a isenção de coacção ou de necessidade involuntária.

O Catecismo de Feydeau foi condenado por Inocêncio X em 6 de Outubro de 1650 e
por vários Bispos franceses e dos Países Baixos. Foi, porém, adoptado sem modificações
pelos calvinistas de Genebra¹⁶.

As «Adições»

A tradução do Catecismo foi acrescentada com 5 «Adições». A última trata da Pre-
destinação.

Põem-se agora duas questões:

a) Quem terá traduzido este catecismo?

Lucas Tavares, na dedicatória ao Conde de Oeiras, diz que foi um presbítero conim-
bricense «que descansa já no seio da luz eterna». Na *Apologia do Catecismo sobre a Graça
de Mr. Feydeau* (justificação do parecer positivo que tinha dado para sua impressão) con-
fessa que foi traduzido por «um teólogo da Universidade de Coimbra»¹⁷.

b) Quem será esse presbítero conimbricense e teólogo da Universidade de Coimbra?
É o Padre Doutor António Soares Barbosa, Lente da Universidade. À data da impressão
(1816) já descansava «no seio da luz eterna», porquanto falecera a 3 de Abril de 1801. Não
era Lente da Faculdade de Teologia, mas da Faculdade de Filosofia. Porém, as obras que
traduziu versavam todas assuntos teológicos.

Outro argumento a favor do P. A. Soares Barbosa é o seguinte: as «Adições» são, na
sua maior parte, uma tradução literal do Catecismo de Nápoles, da autoria do jansenista
francês, Jean Pierre Gourlin (*Institution et instruction chrétienne*. Nápoles, 1779, 3 vols.).
Entre as obras traduzidas pelo Doutor Soares Barbosa, e licenciadas, está o Catecismo de
Nápoles – *Educação e Instrução christam em forma de Cathecismo*.

O Doutor Soares Barbosa quase só traduziu autores jansenistas: Gourlin, Pelvert,
Guadagnini, Jérôme Besoigne. Mesmo as obras de Bossuet – *Meditações sobre os Evangelhos
e Elevações a Deus sobre todos os Misteryos da Religião Christã* que o Bispo de Meaux deixou

¹⁶ *Dictionnaire...*, tomo I, p. 226-228.

¹⁷ Cfr. SANTOS, Cândido dos – *O Jansenismo em Portugal*, p. 239.

manuscritas, e que seu sobrinho, do mesmo nome, Bispo de Troyes, fez publicar, eram antecedidas de prefácios de autoria jansenista. As *Elevações a Deus* (2 tomos) com prefácio de Duguet; as *Meditações sobre o Evangelho* (4 tomos) com prefácio do Bispo de Troyes, seu sobrinho, também jansenista.

Vejamos agora o cotejo das «Adições» com o texto da *Institution et Instruction chrétienne*.

Sobre a natureza da Graça e suas diferenças

1 – Graças exteriores são os dons de Deus que estão fora de nós, e de que o Senhor se serve para nos mover ao bem, assim como a Incarnação do Verbo, a sua morte, os seus milagres, os seus exemplos, as pregações, e as instruções que nos dá por suas Escrituras, pelos bons livros de piedade...

Mas as Graças exteriores não bastão para nos livrar do pecado, e para nos fazer praticar a virtude: hé de fé que não podemos obrar algum bem, nem recuperar a Justiça sem a Graça interior de Jesus Cristo. Por Graças interiores entende-se todo o bem espiritual, que Deus produz no interior de nossas almas em ordem à salvação eterna...

Há duas sortes de graças interiores, a saber: Graças actuais e Graças habituais. Graças actuais são os socorros momentâneos e transitórios que Deus nos dá para fazer o bem e se distinguem duas sortes destes socorros, a saber: Graças de entendimento, que esclarecem o nosso espírito sobre os seus deveres e Graças de vontade, que tocam e movem nossas vontades inspirando-nos o amor do verdadeiro bem. As primeiras são remedios contra a nossa ignorância e as segundas são medicina contra a nossa concupiscência. A Graça actual (...) não justifica o homem por si mesma, mas faz obrar acções de piedade que

Texto da *Institution et Instruction chrétienne*

1 – Par les graces extérieures, j’entends tout ce qui est hors de nous, et qui tend à nous porter au bien, comme l’incarnation et la mort de Jesus Christ, ses miracles, les prédications, les bons exemples, les instructions, les lectures de piété, etc.

Les graces extérieures suffisent-elles pour nous délivrer du péché, et nous faire practiquer la vertu?

Elles ne suffisent pas: il est de foi que nous ne pouvons faire aucun bien, ni recouvrer la justice, sans la grace intérieure de Jesus-Christ.

Qu’entendez-vous par les graces intérieures? J’entends tout le bien spirituel que Dieu produit au dedans de nous dans l’ordre du salut.

Y a-t-il plusieurs sortes de graces intérieures? Il y en a deux sortes, savoir, les graces actuelles et les graces habituelles.

Qu’est-ce que les graces actuelles? Les graces actuelles sont les secours passagers que Dieu nous donne pour faire le bien; et l’on en distingue de deux sortes: savoir des graces d’entendement, qui éclairent simplement notre esprit sur ses devoirs et des graces de volonté qui touchent et remuent nos volontés, en nous inspirant du vrai bien. Les premiers sont des remedes contre notre ignorance; les secondes sont des remedes contre notre concupiscence.

La grace actuelle ne justifie pas par elle même, mais elle fait faire des actions de piété qui dis-

dispõem a alma a receber pelos Sacramentos a Graça habitual, na qual consiste a justificação.

Chama-se Graça habitual a Caridade infundida em nossas almas pelo Espírito Santo, que nela faz sua morada; hé um dom que habita em nós e santifica-nos e nos faz justos, filhos de Deos agradáveis a seus olhos e nos da direito à herança eterna.

Por esta razão hé que a Graça habitual se chama também Graça santificante ou justificante.

Sobre a Predestinação

Devemos reconhecer como hum artigo de Fé que Deos se dignou separar, por hum puro acto da sua misericórdia, da massa comum da perdição, hum certo número de homens que escolheu e predestinou em Jesus Cristo antes de todos os séculos para os conduzir por huma série de Graças à salvação eterna; e que ao mesmo tempo por efeito da sua Justiça deixou outros nesta mesma massa de condenação....

Quem se pode queixar, diz S. Paulo, se Deos querendo manifestar a sua ira e dar a conhecer o seu poder, sofre com suma paciência os vasos da ira, preparados para a perdição? A fim de manifestar as riquezas da sua gloria sobre os vasos de misericórdia, que Ele preparou para a gloria. (Rom. 9, 22.23).

Seria um grande erro pensar que Deos dá a sua Graça àqueles que dela são mais dignos, do que os outros; porque se eles fossem mais dignos, já não seria Graça. Também se não pode dizer que a Graça hé dada àqueles que lhe opõem menos obstáculos, porque o dispor-se para a Graça, ou não lhe opor obstáculo hé já hum efeito da Graça.

posent l'ame à recevoir, par les sacrements, la grace habituelle dans laquelle consiste la justification.

La grace habituel est la charité répandue dans notre ame par le Saint Esprit qui y fait sa demeure. Quel est l'effet de la grace habituelle?

C'est de sanctifier l'homme, de le rendre juste, enfant de Dieu, agréable à ses yeux, et de lui donner droit à l'héritage éternel.

C'est pourquoi cette grace est aussi appelée sanctifiante ou justificante.

Du mystere de la predestination des Saints

Qu'est-ce que la religion nous apprend touchant la predestination des Saints?

Elle nous apprend... (que Dieu) par un pur effet de sa miséricorde, il lui a plu séparer efficacement de la masse commune de perdition un certain nombre d'hommes qu'il a choisis et prédestinés en Jesus Crist avant tous les siècles, pour les conduire par une suite de graces au salut éternel; et qu'en même temps par un effet de sa justice, il a laissé les autres dans cette même masse de condemnation...

Qui peut se plaindre, dit saint Paul, si Dieu voulant montrer sa juste colere, et faire connaître sa puissance, a souffert avec une patience extrême les vases de colere préparés pour la perdition; afin de faire éclater les richesses de sa gloire à l'égard des vases de miséricorde qu'il a préparés pour la gloire.

Ne peut-on pas dire que ceux à qui Dieu donne la grace, en sont plus dignes que les autres? Ce serait une erreur de le penser, S'ils en était plus dignes, ce ne serait plus une grace.

Ne peut-on pas dire au moins que la grace leur est donnée, parce qu'ils y mettent moins d'obstacle?

Deos primeiro chama aqueles que predestinou pela Graça da Fé; depois os estabelece na Justiça; e enfim os introduz na glória; depois de os ter feito perseverar na Justiça até à morte. Isto hé o que S. Paulo exprime por estas palavras: *Aqueles que Deos predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, etc.*

On ne peut pas non plus dire cela: Car se disposer à la grace ou n'y point mettre d'obstacle, c'est un effet de la grace.

Comment Dieu conduit-il au salut ceux qu'il a prédestinés?

Premièrement il les appelle par la grace de la foi, ensuite il les établit dans la justice, et enfin il les introduit dans la gloire après les avoir fait persévérer dans la justice jusq'à la mort. C'est ce que saint Paul exprime par ces paroles: *Ceux que dieu a prédestinés à être conformes à l'image de son fils, etc.*

2. JANSENISMO TARDIO NO ORATÓRIO DE ESTREMOZ

Luís Marques Lagoa nasceu, ao que se supõe, em Lisboa e morreu na mesma cidade, no hospital de S. José, pelo ano de 1842, com a idade de 80 anos. Ingressou na Congregação do Oratório de Estremoz, que abandonou algum tempo antes do encerramento das casas religiosas em 1834. A convite do Bispo de Portalegre ensinou no Seminário daquela diocese a disciplina de Retórica. Paralelamente exercia o ensino privado, dirigindo a formação literária de jovens das classes nobres.

Publicou:

- 1 – *O Grito da Verdade, consignada na escriptura e tradição contra as máximas pseudo-catholicas e anti-sociais, destructivas da doutrina de Jesu-Christo, e da verdadeira disciplina da Santa Igreja*. Lisboa: Typ. Maigrense, 1822. Segunda edição sob o título: *Nova Exposição das verdades consignadas na escriptura e tradição expendidas no livro intitulado O Grito da Verdade*. Lisboa: Typ. Carvalhense, 1834.
- 2 – *Vida e acções prodigiosas da angelico mancebo S. Luís Gonzaga, príncipe do Sacro-Imperio, especial protector da mocidade estudiosa, e poderoso advogado para alcançar de Deus a graça de uma verdadeira contrição*, etc. etc. Offerecida ao ill.mo e ex.mo sr. D. Francisco de Sales da Camara, Conde da Ribeira-grande, etc. Lisboa: Typ. Patriótica, 1829.
- 3 – *Memória da pompa fúnebre com que o Senado da Câmara e povo da vila de Estremoz celebrou as exequias pelo fallecimento da muito augusta D. Maria I*. Lisboa: Por Simão Thadeo Ferreira, 1817.

a) **Eclesiologia de O Grito da Verdade**

O Grito da Verdade é um ataque às ideias ultramontanas de alguns teólogos e canonistas, e, por outro lado, a expressão de um jansenismo tardio. No «discurso preliminar» o autor declara as razões que o levaram a expor com clareza e simplicidade as máximas e sólidos princípios da Escritura e da Tradição para dissipar as nuvens que têm sido espalhadas sobre as verdades primitivas e sobre as luzes do Evangelho. Combate os teólogos ultramontanos cujos princípios ou «máximas abortivas» têm descaracterizado completamente o rosto da Igreja. E, assim, esta «filha dos céus», em vez de adornada com a cruz e o crucificado, aparece «com o ceptro do domínio e a espada da força e coacção».

A origem daquilo a que Luís Marques chama «parto monstruoso da superstição e fanatismo» situa-se, não muito antes do século XI, época infeliz em que muitos erros e absurdos encontraram defensores interessados¹⁸.

¹⁸ O autor refere-se às Falsas Decretais de Isidoro Mercador, do século IX.

A devoção verdadeira, e não supersticiosa, consiste em seguir a doutrina de Jesus Cristo, e não em julgar mal as pessoas ou fazer juízos temerários. É o caso de um devoto que chega a escandalizar-se das verdades que ignora, e que são contrárias ao seu modo de pensar. «Isto explica o rancor e fúria com que persegue a todos cuja religião não se conforma com a sua»¹⁹.

O autor desenvolve três ideias:

- a) mostrar solidamente desenvolvida a ideia que se deve formar da Santa Igreja e o espírito que a anima;
- b) tratar do poder da Igreja em geral;
- c) tratar do poder da Igreja relativo às censuras.

Luís Marques adopta a noção de Igreja de João Gerson como corpo místico. Segundo o Chanceler da Universidade de Paris, a Igreja Católica Universal compõe-se de todos os fiéis que professam a fé e a lei de Cristo: gregos, latinos e bárbaros, homens e mulheres, rústicos e nobres, ricos e pobres. Todos formam um só corpo do qual Cristo é a cabeça *principal e essencial*. Além desta Igreja Universal existe a Igreja Apostólica Romana da qual fazem parte o Papa, os Bispos e os mais Eclesiásticos, Reis, Príncipes e Povo. Desta Igreja Apostólica Romana, de menor autoridade que a Igreja Universal, é cabeça visível o Papa²⁰.

Aos Ministros da Igreja pertence o Ministério da Palavra. Mas eles não falam em nome próprio, mas no da Igreja. Contudo, não é da Igreja que lhes vem o poder das chaves, mas de Jesus Cristo. Não se trata aqui de um poder delegado por parte da comunidade dos crentes. Exercitam-no, todavia, em nome da Igreja, e não podem fazer nada sem o seu consentimento, ao menos tácito.

Também os Bispos recebem directamente de Cristo o poder das chaves.

Os ultramontanos querem atribuir esse poder exclusivamente ao Papa, porque, dizem eles, as chaves foram dadas só a Pedro. Os Bispos, embora sucessores dos Apóstolos, não recebem a sua jurisdição directamente de Jesus Cristo, mas dos sucessores de Pedro.

A Igreja, todavia, nunca aceitou esta doutrina. «Sobre todos os Apóstolos, diz S. Jerónimo, foi fundada a Igreja e todos eles receberam as chaves do Reino dos Céus...»²¹. O mesmo afirma S. Cipriano: «que os demais Apóstolos foram dotados como S. Pedro de igual

¹⁹ Luís Marques, sem o nomear, deve estar a pensar no ex-membro da Congregação do Oratório de Lisboa, o P. José Morato, autor da obra publicada em Londres em 1812, e pela qual foi condenado: *Conheça o mundo os jacobinos que ignora, ou exposição das verdades catholicas, contra os artigos fundamentais do sistema anarchico dos theologos regalistas do século XVIII, e do presente*. Londres, 1812.

O P. José Morato expõe as verdades católicas; o P. Luís Marques defende a verdade contra as máximas pseudocatólicas... e anti-sociais.

²⁰ *De modo unendi et reformandi Ecclesiam*, tomo II, p.163. *Modos de unir e reformar a Igreja no Concílio Geral*. Vide António Pereira de Figueiredo, *Compendio da Vida e Acções do Venerável João Gerson*, p. 166-170.

²¹ *O Grito da Verdade...*, p. 35.

honra e poder». Contra as pretensões ultramontanas, de fazer da Igreja uma monarquia absoluta e do Papa um Senhor despótico, defendem os mais distintos teólogos e canonistas que os Bispos recebem de Jesus Cristo o poder de ordem, e não do ocupante da Sé de Roma. Além disso, quando Cristo falou a Pedro, falou igualmente aos demais Apóstolos. O Salvador, como escreve Eybel, recomendou principalmente a S. Pedro o cuidado de conservar a união, e falou-lhe em muitos lugares como representante dos outros Apóstolos»²²... E se, por ventura, faltar ao cumprimento da sua obrigação, os Bispos podem obrigá-lo a cumprir. Ele está sujeito à universalidade da Igreja. A decisão tomada no Concílio de Jerusalém não foi de Pedro, mas de toda a Assembleia: *Visum est Spiritui Sancto et nobis*.

O Salvador entregou as chaves a todos os seus discípulos colectivamente, e não a um em particular.

O autor confirma a doutrina que vem expondo com os testemunhos dos três Concílios Gerais, Pisa, Constança e Basileia cujas determinações não podem ser postas em dúvida, entre as quais a superioridade do Concílio sobre o Papa.

Os Pastores da Igreja têm, como os sucessores de Pedro, a administração do poder das chaves – e só a administração – porque a propriedade das mesmas chaves pertence ao corpo da Igreja Universal, e, no exercício das suas funções, os Ministros dependem da Igreja²³.

Do espírito da Igreja

Repugnam ao espírito da Igreja – fora da qual não há salvação – as obras que são filhas da superstição e do fanatismo. Desde o concílio de Jerusalém até ao de Trento sempre vigorou um espírito de moderação e de caridade. A mesma Igreja primitiva usou apenas armas espirituais. Para Luís Marques há grande diferença entre o espírito da Igreja e o de certos entusiastas que, no seu zelo excessivo, apenas semeiam a discórdia.

O Império e o Sacerdócio têm ministérios diferentes, e só aos Reis compete o uso das armas. Os Bispos só podem usar a espada do espírito que é a palavra de Deus, e os ministros da Igreja não podem esquecer que a caridade é a primeira e a maior das virtudes. Um zelo não ilustrado alimenta muitos excessos, como os do fanatismo e da superstição. Veja-se o que sucedeu a alguns povos, quando pastores zelosos quiseram abolir falsas relíquias e falsas devoções. Tiveram que enfrentar uma «piedosa ferocidade»!

A razão e a doçura são o carácter da Religião Cristã. Assim agia Bossuet nas suas conferências com os protestantes.

Grandes divisões e discussões intermináveis tiveram origem na Teologia Escolástica. O teólogo italiano, Pietro Tamburini, desenvolveu muito bem a sua posição relativamente a este ponto, numa das suas prelecções na Universidade de Pavia (*praelectio XII*)²⁴.

²² *O Grito da Verdade...*, p. 36.

²³ *O Grito da Verdade...*, p. 37 ss.

²⁴ *Praelectiones quas habuit in academia Ticinensi antequam explicare aggrediretur tractatum de Locis Theologicis*. Pavia, 1787. Nesta obra Tamburini trata da Igreja, indica o que é a Teologia, «ciência da religião cristã», que se deve estudar por ela própria,

Quando a Escolástica se instalou nas Escolas deu origem ao abuso das distinções e das palavras, permitindo a cada um pensar que a razão lhe pertencia. Ora este ergotismo (de *ergo*, portanto) produziu numerosas rixas, de funestas conseqüências. Questões, as mais absurdas, inflamaram os espíritos, ocasionando cismas. Pensando que estavam a defender a causa de Deus, na realidade, entretinham-se com inutilidades e sofismas. E, «como de uma fâisca se levantam, não poucas vezes, os maiores incêndios, viu-se o Calvinismo sair do pó das Escolas, e, favorecido pelos Príncipes, que tinham interesses a ganhar, bem depressa abraçou uma parte da Europa»²⁵.

Em nome da pureza da doutrina, os jansenistas condenam a Escolástica. Temos outro exemplo em João Baptista Guadagnini²⁶.

Do poder da Igreja

A Igreja não pode difundir a sua doutrina por meios violentos. Isso seria contrário ao seu espírito. Qual é então esse espírito?

Há no mundo duas sociedades: a Igreja e o Estado. A Igreja está no Estado e não o Estado na Igreja. Por isso, os fins destas sociedades são diferentes. O fim da sociedade eclesiástica é trabalhar pela salvação dos cristãos; o fim da sociedade civil é o de promover o bem temporal dos seus membros.

Também os meios são distintos. O domínio da Igreja estende-se sobre as almas; o do Estado sobre os corpos. Este pode, e por vezes deve, usar meios coactivos²⁷. Não, porém, a Igreja. «Os Reis das Nações tratam-nas com império, mas não deve ser assim entre vós» (Mat. 20,25).» Nós não temos império algum sobre a vossa Fé (2.^a Cor., cap. I, 23). E Luís Marques lembra o que escreveu S. Bernardo ao Papa Eugénio III:» nenhuma outra coisa te deixou o Santo Apóstolo, senão o mesmo que ele possuía, a saber: o cuidado e a vigilância sobre as Igrejas» O domínio é totalmente proibido aos Apóstolos»²⁸.

E as excomunhões? Não são expressão do poder coactivo da Igreja? Para responder a esta objecção o oratoriano invoca a autoridade de Vincenzo Palmieri, jansenista, inspirador do Sínodo de Pistoia, no seu *Tratado sobre as Indulgencias*. Segundo Palmieri, o penitente que é ligado pelos Ministros e Pastores da Igreja é-o apenas relativamente à satisfação da pena canónica que lhe foi imposta no Sacramento da Penitencia. Escreve Palmieri: «quando o nosso divino Legislador conferiu à Igreja a autoridade de ligar e desprender pelas palavras

com um coração livre de paixão e penetrado de uma caridade sincera para com Deus. *Dictionnaire de Théologie Catholique*, s.v. *Tamburini* (Pierre).

²⁵ *O Grito da Verdade...*, p. 66.

²⁶ Vide *Parecer sobre os chamados Actos de Fé, Esperança e Caridade e de outras virtudes christans*. Traduzido de Guadagnini. 8.º, Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1798.

²⁷ A Igreja não tem nem pode ter força coactiva. Mas as suas leis e cânones estão debaixo da protecção dos Soberanos, protectores da Religião e defensores dos cânones.

²⁸ *O Grito da Verdade...*, p. 77-78.

Quaecumque alligaveritis etc. não fala directamente da culpa teológica. Não é a Igreja a que prende o pecador por meio da culpa; o pecador somente é o que a si mesmo se prende, sujeitando-se à escravidão do pecado; razão porque esta ligadura ou cadeia não pode entender-se senão da pena que a Igreja deve impor ao pecador, separando-o dos Sacramentos, sujeitando-o a alguma penitencia ou segregando-o também da comunicação com os fieis»²⁹.

b) *Compelle intrare*: Pierre Bayle e Santo Agostinho

Esta expressão que se encontra em S. Lucas (14, v. 23), segundo Luís Marques, parece favorecer as pretensões ultramontanas. *Compelle intrare*: eis o texto de que abusam os ultramontanos para se oporem à tolerância evangélica: *Exi in vias, et sepes, et compelle intrare, ut impleatur domus mea. (Ide novamente por essas estradas e obrigai a todos os que encontrardes, a fim de que se encha a minha casa).*

Defende o oratoriano que o Pai de família não tencionou usar de violência, mas quis apenas que fossem utilizadas as forças da convicção para a participação no banquete. A pressão que por vezes se faz sobre os amigos para que aceitem o nosso convite não constitui um acto de violência que lhes tire a liberdade; ao contrário, são uma manifestação de apreço e de cálida amizade.

Pierre Bayle (*Traité de la tolérance universelle*) acerca desta expressão critica Santo Agostinho pelo seu zelo contra os heterodoxos – no caso os donatistas. Esquece as barbaridades e os crimes destes seguidores de Donato, e é injusto para com o Santo Bispo de Hipona, modelo de caridade.

Compelle intrare não insinua violência, antes as «instâncias de uma boa amizade, a acção da graça amorosa». Luís Marques socorre-se da autoridade de dois intérpretes, ambos jansenistas: o «nunca assas louvado Teólogo Pereira e Mr. de Saci. Para Pereira, o imperativo *compelle* revela bem a eficácia da graça divina. Mr. de Saci diz que a graça do Evangelho «força de algum modo os pecadores a entrar no Reino dos céus, não por coacção, nem pelo constrangimento das vontades, mas conduzindo-os por um efeito do amor de Deus». É esse amor de Deus que os anima a fazer violência sobre si mesmos para destruir os maus hábitos «e todos os laços com que o mundo, o pecado e o demónio os tinha presos»³⁰.

Estamos perante a explicação jansenista da eficácia da graça. É pelo ministério da palavra que principia a conversão do pecador; o complemento desta obra pertence à «graça insinuante» do Salvador.

Juntar as ideias de *força*, *coacção*, *jurisdição*, de *constrangimento*, seria desonrar a mesma Igreja. O poder do sacerdote não pode ser um poder despótico e soberano; de

²⁹ *O Grito da Verdade...*, p. 86. O tratado de Palmieri é o *Trattato storico-dogmatico-critico delle Indulgenze*. 4.^a edição, 1798. Doutrina considerada heterodoxa pela autoridade eclesiástica. A doutrina sobre as indulgências de Palmieri foi adoptada pelo Bispo de Angra, D. Fr. Manuel Nicolao de Almeida, quando havia sido condenada pela Bula de Pio VI *Auctorem fidei* de 1794.

³⁰ *O Grito da Verdade...*, p. 115.

modo nenhum é lícito corrigir com violência os pecadores, mas sim pela persuasão. Tal é o poder da Igreja, «o carácter essencial do poder da Igreja». Para confirmar esta doutrina o autor invoca, em longa citação, a autoridade do oratoriano jansenista, P. Vivien de Laborde (1680-1748) na sua obra *Du témoignage de la verité dans l'Église*, obra que Roma havia condenado³¹.

Excomunhões e censuras

Luís Marques depois de tratar do poder da Igreja, exclusivamente espiritual, aponta os limites dentro dos quais esta pode lançar censuras. Depois de Santo Agostinho o poder das chaves foi mal usado. Foi utilizado como arma formidável, «não somente para rebater a violência das pessoas que exerciam o poder temporal, mas também para defender as possessões dos eclesiásticos sob pretexto de bens da Igreja». E mais. Os Ministros da Igreja serviram-se das chaves «em todas as suas empresas e pertençações»³².

Não é esta, porém, a doutrina de Jesus Cristo.

Na época em que se inventaram as excomunhões *ipso facto* proibiu-se a comunicação com os excomungados. E o excesso chegou a tal ponto que se rompeu o nó que ligava os vassallos aos Soberanos, declarando-se que um Rei excomungado ficava despojado dos seus Estados. Não podendo os vassallos comunicar com eles, também não podiam receber as suas leis, antes tinham obrigação de fugir deles. Esta é uma doutrina «a todas as luzes pseudocatólica, anti-social», digna de um eterno anátema perante Deus e perante os homens.

Segundo Gerson (o imortal Gerson) «não se deve menor respeito e obediência ao Príncipe secular naquelas coisas que pertencem aos direitos do Império do que à Igreja no que pertence a Deus»³³.

A Igreja, como sociedade que tem a Jesus Cristo como cabeça invisível, necessita de alguma polícia exterior que reprima escândalos e corrija abusos. Mas há que ter presente que as armas da Igreja são apenas armas espirituais, onde o ódio, o rancor, a vingança, o ferro e o fogo não podem ter lugar. Porque, tudo isto é contra o espírito da Igreja. De acordo com a Igreja primitiva não se conheciam castigos corporais, somente penas canónicas: jejuns e macerações para mortificar a carne. Toda a sociedade tem necessidade de leis penais. Porém, a força coactiva não pode morar na potência eclesiástica nem nos seus ministros.

³¹ *Du témoignage de la verité dans l'Église, dissertation théologique où l'on examine quel est ce témoignage, tant en général qu'en particulier, au regard de la dernière constitution, pour servir de précaution aux fidèles et d'apologie à l'Église catholique contre les reproches des protestants, s.l. 1714.* É o escrito mais conhecido de Vivien de Laborde. Fala das violências e perseguições do rei Luís XIV, e assume as teses doutrinárias de Richer: os leigos fazem parte da Igreja universal. Por conseguinte, têm direito a pronunciarem-se, mesmo quando se trata de decretos emitidos pela Igreja universal. Pretende, além disso, mostrar que a Bula *Unigenitus* é intrinsecamente má, e, por isso, ilegítima, apesar de todas as explicações. *Dictionnaire de Théologie Catholique, s. v. Laborde.*

³² *O Grito da Verdade...*, p. 187-188.

³³ *O Grito da Verdade...*, p. 191-192.

À Igreja, como a qualquer sociedade, compete separar do seu seio aqueles membros que não cumprem e não se sujeitam aos seus preceitos e que, por isso, causam prejuízo público. Neste caso, a Igreja pode excluí-los e privá-los dos bens comuns da sociedade. Devem ser separados do corpo dos fiéis até que, por digna penitência, sejam readmitidos no seu grémio. Mas este castigo, que priva o cristão do alimento espiritual, só deve ser aplicado depois de adquirida a certeza do crime. O Evangelho de S. Mateus refere os passos a dar para aplicar a excomunhão.

Como dissemos, o poder das chaves foi dado à Igreja, mas este poder não pertence puramente aos Ministros, mas ao corpo inteiro; o seu uso só em nome da Igreja. Por isso, nenhuma censura ou excomunhão pode ser lançada sem o consentimento, ao menos presumido, de todo o corpo da Igreja. Foi só com o tempo que se introduziu o costume de reservar as excomunhões ao Bispo e ao clero. Porém, o excomungado tinha o direito de apelar para o Concílio Provincial.

Pelo que respeita às censuras *latae sententiae* ou *ipso facto* digamos a verdade: «são entes imaginários, nascidos nas trevas da ignorância e marcados com o selo vergonhoso da sua origem». Todas as excomunhões de pleno direito são um ente de razão, elas só existem na imaginação de homens preocupados. A censura *só pelo facto, ipso facto incurrenda* é filha dos «séculos bárbaros»³⁴.

Além disso, a excomunhão só tem efeitos exteriores. Consiste em separar o homem contumaz e rebelde do corpo exterior da Igreja.

Consequências dos princípios estabelecidos:

- 1 – Não há nem pode haver censura eficaz senão a censura *ab homine* da primeira classe – aquela que, precedida por todas as formalidades jurídicas, é fulminada pelo Juiz competente contra um ou vários fiéis expressamente declarados;
- 2 – É inútil a reserva desta censura, porque ela, segundo os cânones, só pode ser absolvida pelo Superior que a impôs ou por algum delegado seu;
- 3 – Não há nem pode haver excomunhão fulminada por pecados interiores e totalmente ocultos. A excomunhão é uma pena que separa o réu do comércio exterior dos homens, pertence ao foro externo contencioso. Não pode por isso ser pronunciada por um crime interior nem por um pecado oculto. A Igreja não julga do interior e só pode decidir-se pelos actos externos e judiciários do foro contencioso. Santo Agostinho diz que os crimes ocultos, e que não podem provar-se juridicamente, não ficam sujeitos nem à excomunhão medieval nem à penitência pública;
- 4 – As excomunhões *a jure* ou *ferendae sententiae* são puramente ameaças e não uma censura actual e efectiva;

³⁴ O Grito da Verdade..., p. 160 e ss.

- 5 – Qualquer que seja a excomunhão não produz qualquer efeito interior: por isso, a absolvição das censuras no Tribunal da Penitência é totalmente inútil e fantástica;
- 6 – As excomunhões *ipso facto e latae sententiae* são um abuso da autoridade, um ente imaginário e «um parto monstruoso dos séculos da ignorância», e é feliz o Império que, zeloso em servir a Santa Igreja, trava a «vergonhosa torrente de censuras e de excomunhões arbitrárias, rejeitando tantas e tão numerosas decisões ultramontanas que são apenas o abuso de um poder usurpado».

Estas proposições são do Sínodo de Pistoia cujos inspiradores, como Tamburini e Palmieri, Luís Marques conhecia, e foram condenadas pela constituição *Auctorem fidei* de Pio VI de 1794. Familiarizado também com Van Espen, Vivien de Laborde, Eybel, este oratoriano de Estremoz revela que o jansenismo tardio não se tinha ainda apagado de todo no país.

c) Um ataque ultramontano: *A Contramina*

O Grito da Verdade, impresso em 1822, foi, como medida de prudência, recolhido pelo autor durante o miguelismo. É, porém, reeditado, em 1834, com o regresso do liberalismo, «para cortar o passo a essa torrente de máximas totalmente opostas ao Espírito de uma tão Santa e carinhosa Mãe a Santa Igreja, e opor um antemural aos excessos do Despotismo Eclesiástico»³⁵. A *Nova Exposição das Verdades consignadas na Escripura e Tradição expendidas no livro intitulado O Grito da Verdade contra as máximas Pseudo-Católicas e Anti-sociais com uma censura ao autor do Folheto n.º 17 da Contramina* é oferecida à Rainha Dona Maria Segunda por um anónimo «Constitucional amante da Verdade». Escreve em verso uma epístola ao digno autor do *Grito da Verdade* e exalta autores jansenistas: o sábio Arnauld, «de França lustre», Fleury, Flavigny, Roulé, Barde, «doutores afamados da Sorbonna», além do «célebre, doutíssimo Pereira, da Pátria adorno, defensor da Igreja».

Este «Académico Constitucional», autor da Epístola, sentiu-se escandalizado perante a ousadia do autor de um folheto intitulado *A Contramina*, impresso em Lisboa no ano de 1831, que insultava a doutrina de *O grito da Verdade* de herética e ímpia³⁶.

No n.º 17 ao falar de Grégoire, o Bispo constitucional, diz: *Este he o Apostolo e Theologo de melhor Nota e auctoridade em que se funda um ímpio folheto impresso em Lisboa em 1822 na Typographia Maignense intitulado O Grito da Verdade, sendo ele antes o grito do erro e da heresia. Chama seu autor em socorro das suas heresias outros que tais theologos, cujas doutrinas tem sido condenadas; He um compendio de erros e heresias dos Jansenistas, digno de ser queimado por hum carrasco*³⁷.

³⁵ *O Grito da Verdade...*, p. 205.

³⁶ *O Grito da Verdade*. Da dedicatória a Dona Maria II.

³⁷ *A Contra-Mina Periódico Moral, e Político* por Fr. Fortunato de S. Boaventura Monge de Alcoçaba, n.º 17.

Esta é a linguagem, atrabiliária, do autor da *Contramina*, «parto monstruoso gerado na espelunca Molinística». «Obra misérrima», verdadeiramente anticatólica e anti-social, «desgraçada produção». Se o seu autor estivesse animado de verdadeiro zelo, teria analisado a obra e a sua doutrina segundo a inspiração da caridade cristã. Porque a Religião procura tocar os corações pela persuasão, mostrando as insígnias da cruz e do Crucificado, e não «empunhando o raio fulminante de um zelo farisaico filho da superstição e do fanatismo»³⁸.

Talvez arrependido dos excessos de linguagem, mandou recolher a primeira impressão do n.º 17, pois que na reimpressão desse número tal nota já não aparece.

Para crédito do autor, decide dar à luz pública *O Grito da Verdade* para banir os abusos que, pelo decurso dos tempos, se introduziram na disciplina eclesiástica.

De novo nos encontramos perante duas ideologias em confronto: jansenista ou filo-jansenista e ultramontana. Desta última é representante Fr. Fortunato de S. Boaventura, autor da *Contramina*.

³⁸ *O Grito da Verdade. Motivo desta nova Exposição*, p. 2-4.

3. AUGUSTINIANISMO NO CONVENTO DOS GRACIANOS DE ÉVORA

Em 1781 no convento dos Eremitas calçados de Santo Agostinho da cidade de Évora foram defendidas publicamente pelo aluno de Teologia Luís Gomes, sob a direcção de Fr. Bartolomeu Brandão³⁹, Doutor em Teologia da Universidade de Coimbra, três teses que foram impressas no mesmo ano na oficina de António Rodrigues Galhardo, impressor da Real Mesa Censória. Foram dedicadas a D. Jacinto Carlos da Silveira, Bispo do Maranhão e Administrador da diocese de Évora, em substituição do Arcebispo da cidade, Cardeal da Cunha⁴⁰.

A primeira tese, a mais extensa, desenvolve, em resumo, uma história do Pelagianismo e do Semipelagianismo. É uma análise das obras principais de Santo Agostinho contra estas duas heresias.

A segunda é uma exposição sistemática da doutrina de Santo Agostinho sobre o estado de inocência e a graça do Criador (*De Homine innocenti et Gratia Creatoris*); o estado do homem decaído e a graça do Salvador (*De Homine Lapsa, et Gratia Salvatoris*)

a) A terceira tese: contra Maniqueus, Lutero, Calvino, Baio, Jansénio e Quesnel

No prefácio da terceira tese escreve o autor: «os Concílios, os Padres, os Pontífices e todos os filhos da Igreja, reconhecem quanta vantagem e utilidade trouxe à Esposa dilectíssima de Jesus Cristo o sistema augustiniano acerca da Graça do Criador e Redentor. E

³⁹ Fr. Bartolomeu Brandão nasceu no Porto a 4 de Setembro de 1747 e morreu na mesma cidade a 7 de Maio de 1804. Professou a regra dos eremitas calçados de Santo Agostinho em Lisboa, no convento da Graça, em 25 de Março de 1761. Graduou-se em Teologia a 31 de Julho de 1770 com a tese: *Demonstratio christianae Religionis adversus Atheos, Ethnicos, Judaeos, Mahumedanos, Deístas...* Coimbra: Typ. Académica, 1772.

Foi Lente nos colégios de Évora e de S. João no Porto. Foi também Reitor do colégio de Santo Agostinho de Lisboa. Escreveu um *Panegírico de Santo Agostinho*. Era irmão de Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão, que veio a ser Arcebispo de Évora.

Fr. Joaquim de Santa Clara foi Lente de Coimbra e era de tendência jansenista. Em carta para Bellegarde, de 23 de Novembro de 1782, Inácio António Henckel comunica-lhe que enviara para o P. Santa Clara a *Theologia moral* de Brünn. E comenta: «eu estou seguro de que ele lerá avidamente estes livros que se fundam sobre a Escritura, os concílios e os antigos Padres da Igreja, deixando as opiniões arbitrárias e relaxadas de vários casuístas». «A obra de M. Le Gros – *De Ecclesia* – será sem dúvida do gosto do P. Santa Clara» (*ibidem*). Ora Nicolas Le Gros era um conhecido jansenista francês.

O P. Santa Clara mantinha correspondência epistolar e intercâmbio de livros com o jansenista Dupac de Bellegarde. (Rijkarchief in Utrecht, Collecção Port Royal, Nr. 2272). Isto ajuda a explicar as dificuldades que teve para ser confirmado Arcebispo de Évora.

⁴⁰ *Res Gestas /Sanctissimi Parentis, / et /Ecclesiae Doctoris Eximii /Aurelli Augustini, / Hipponiae Episcopi /Adversus Pelagianos, et Semipelagianos: /Principiores propositiones ex omnibus ferme operibus, / quae de hocce argumento composuit Augustinus, /sedulo studio extractas: /Augustinianum Hac Super Re Systema: / Illius Vindicias /A Manichaeorum, Lutheranorum, / Calvinistarum, Baii, Jansenii, /Quesnelli erroribus: /Tribus Publicis certaminibus /propugnanda offert, / praeside /Bartholomaeo Brandão, /Fratre Eremita Augustiniano, Doctore Theologo /Conimbricensi, /Ludovicus Gomesius / Ejusdem Ordinis Frater, & Theologiae Auditor, / in conventu Eborensi Virginis Gratiarum. Olisipone Apud Antonium Rodericum Galliardum. MDCCLXXXI.*

continua: apenas queria enganar os inexperientes e ignorantes aquele que, seduzido por uma razão exuberante, pretendeu caminhar fora da estrada segura da verdade, e, sob o nome de Agostinho, como que escondido debaixo de uma máscara, não hesitava espalhar os seus erros, ardidamente misturados com as sãs doutrinas do Santíssimo Pai, como se os julgasse marcados com o selo da própria verdade.

São desta índole Lutero, Calvino, Baio e Quesnel os quais, sonhando novos dogmas, defendiam-nos sob o nome de Agostinho.

O caso de Jansénio é diferente. Não usou da arte de sofismar, mas, concedendo demasiado ao seu engenho, depois de ter lido as obras de Agostinho sobre a Graça, «tomou a nuvem por Juno» e manifestou inúmeros paradoxos como princípios da doutrina augustiniana. É certo que os submeteu todos ao juízo da Santa Madre Igreja.

Contra todos estes preparamos a defesa, para que o sistema de Agostinho brilhe mais claramente, e apareça limpo de todo o erro. Primeiro, contra os maniqueus, ou antes, contra os pelagianos, porque, temerariamente, chamavam ao sistema de Agostinho uma pequena ramificação («ramúnculo») dos maniqueus.

O sistema augustiniano tem sido defendido por grandes e santíssimos doutores, sobretudo Noris, Bellelli e Berti. Nós, embora muito distantes deles, defenderemos as suas sentenças como isentas de todo o erro.

A tese desenvolve-se em cinco dissertações. A primeira (p. 125-128) defende o sistema agostiniano dos erros dos maniqueus. Os Pelagianos, para destruírem a verdade católica e denegrirem o nome de Agostinho na opinião dos ignorantes, acusavam-no de maniqueu. Mostrar-se-á, porém, a grande diferença existente entre a sã, católica e verdadeira doutrina de Agostinho, e os erros dos maniqueus.

A segunda dissertação (p. 128-130) defende o mesmo sistema dos erros dos luteranos e calvinistas. Lutero, monge agostinho da congregação da Saxónia, é designado por «apóstata» pela sua defecção. Desonrou a Ordem agostiniana, ensinando inúmeros erros contra a Religião de Jesus Cristo.

A terceira dissertação (p. 130-138) propõe-se defender o sistema contra os erros de Baio. Os seguidores de Agostinho eram por vezes apodados de baianistas e jansenianos; por isso, esta dissertação será mais desenvolvida, para mostrar os erros de Baio e, na dissertação seguinte, os erros de Jansénio. Será usado o mesmo método que usou Berti para se defender a si, a Agostinho e a Bellelli de baianismo e jansenismo. E anuncia ainda que nos livros de Berti (*De Theologicis disciplinis*) e de Bellelli (*Mens Augustini*), todas as proposições de Baio acerca da primeira condição da criatura racional são refutadas, como também o são pelo Eminentíssimo Noris nas *Vindiciae Augustinianae*.

A doutrina destes ilustres augustinianos não tem qualquer afinidade com os referidos erros de Baio.

Na quarta dissertação (p. 139-144) o sistema é defendido contra os erros de Jansénio. Uma narrativa de todos os dissídios que à volta das célebres proposições de Jansénio

surgiram na Igreja alargaria indefinidamente esta dissertação. Importa, por isso, demonstrar a justiça com que pela Igreja foram condenadas de direito e de facto. E foram canonicamente condenadas no sentido de Jansénio. O juízo de Inocêncio X é canónico e irratável.

Finalmente, a Bula *Vineam Domini* declara que era insuficiente o silêncio religioso acerca do facto dogmático de Jansénio. Apenas alguns caluniadores dizem que nos livros de Berti e de Bellelli *De Theologicis disciplinis* e *Mens Augustini* há algo com sabor a jansenismo. Por isso, nós defenderemos as proposições dos dois autores no que respeita ao sistema agostiniano da Graça como ortodoxas e estranhas ao erro de Jansénio.

A quinta e última dissertação destina-se à defesa contra os erros de Quesnel (p. 144-148).

Porque quase todas as proposições de Pasquier Quesnel que tratam da Graça contêm os mesmos ou semelhantes erros que foram condenados em Baio e Jansénio, reduziremos os erros quesnelianos a certos capítulos, e seguiremos a mesma ordem da constituição *Unigenitus* que condenou 101 proposições de Quesnel.

b) As teses nas *Nouvelles Eclésiastiques*

Segundo o jornal jansenista *Nouvelles Eclésiastiques* merecem os maiores elogios quer pela forma quer pelo fundo. A doutrina da Igreja sobre a Predestinação e a Graça está aí exposta «com tanta claridade e exactidão como de gosto e de precisão». E acrescenta o teólogo autor da recensão que seria de seguir em todas as escolas o método adoptado. Seria a maneira de se restabelecer o ensinamento da Tradição e dissipar as muitas nuvens que se têm acumulado sobre verdades importantes da Religião⁴¹.

O teólogo das *Nouvelles Eclésiastiques* diz que estas teses, no seu conjunto, estão de acordo com a Escola agustiniana. Mas nem todos os seus membros⁴² (os jansenistas) aceitariam alguns artigos. Por exemplo, quando o autor diz que a Igreja não definiu que Adão tenha sido criado com a graça santificante; quando diz que, pela vontade antecedente, Deus quer salvar todos os homens sem excluir nenhum; que Deus preparou e apresentou a todos e a cada um os remédios da salvação e que não recusa a graça a ninguém.

A esta pretensão diz o teólogo jansenista que o autor das teses não consegue distinguir a doutrina agustiniana da de Baio, de Jansénio e de Quesnel. E não consegue – acrescenta – senão atribuindo-lhes erros que eles expressamente desaprovaram nos seus escritos. Atribui-lhes, por exemplo, que admitiram uma graça verdadeiramente necessitante

⁴¹ *Suite des Nouvelles Eclésiastiques*, de 28 de Agosto de 1782.

As teses devem ter chegado ao conhecimento do jornal através de Inácio António Henckel, comerciante sediado no Porto, que as enviou para Roterdão e daí para Utrecht: «Obtive as teses de um agostinho de Évora que enviou a meu sobrinho de Roterdão. Não tive vagar de as ler; além disso, não posso ajuizar do seu mérito, porque “estão fora da minha província”, mas vejo pelo título que a matéria é sobre a graça segundo o sentido de Santo Agostinho contra os heréticos Baio, Jansénio, e Quesnel» (carta para Bellegarde de 30 de Novembro de 1781).

⁴² Refere-se certamente aos jansenistas, que se consideram os verdadeiros discípulos de Santo Agostinho.

que destrói a liberdade de indiferença e não deixa qualquer poder de resistir; que defende uma graça sempre eficaz do efeito para que tende; que não há meio entre a caridade habitual e perfeita e a concupiscência viciosa; que a caridade actual, imperfeita e inicial é uma quimera, etc.

Ora estas acusações do teólogo português são falsas, e não se apoiam em qualquer texto destes autores, mas apenas nas bulas e decretos de Roma.

O teólogo das *Nouvelles Ecclésiastiques* lamenta que o P. Brandão, director das três teses, não tenha uma palavra de crítica aos molinistas, verdadeiros inimigos do sistema agostiniano, enquanto critica, mediante afirmações caluniosas, os seus mais ortodoxos defensores – Baio, Jansénio e Quesnel. Pensamos que este Religioso, escrevendo no fundo de Portugal, não tem conhecimento dos escritos dos teólogos que trata tão dura e injustamente. Deveria, ao menos, conhecer a Carta circular de 23 de Dezembro de 1779 do Geral da sua Ordem, o P. Vasques, pela qual manda aos seus professores que desprezem como um espantinho as acusações de jansenismo.

Até aqui, a recensão das teses no jornal jansenista.

Não surpreende o teor da recensão, porquanto as teses em análise pretendem exactamente mostrar que não são os baianistas, os jansenianos e os quesnelistas os verdadeiros discípulos de Santo Agostinho.

c) Augustinianismo rígido: Noris, Bellelli e Berti.

Henrique Noris (1631-1704) era monge agostinho. Em 1673 publicou a *Historia do Pelagianismo* que provocou muitas discussões. Escreveu a *Historia pelagiana* entre 1670 e 1672, num momento em que a polémica entre jesuítas e jansenistas parecia abrandar, com a chamada paz clementina. Noris tinha como objectivo precisar alguns pontos da doutrina de Agostinho de que se reclamavam os jansenistas. Procurou fixar historicamente a posição do problema que à volta da doutrina agostiniana dividia jesuítas e jansenistas, e a maior parte da *Historia pelagiana* limita-se a uma exposição serena dos acontecimentos que precederam, acompanharam e seguiram a crise pelagiana e o seu prolongamento. Contudo, na parte final do seu trabalho, Noris tomava partido contra aqueles que, de um lado e de outro, desfiguravam o pensamento de Agostinho. Atacava, sobretudo, os molinistas.

Por outro lado, as *Vindiciae augustinianae* protestavam contra as tendências que se afirmavam na «Escola», de abandonar a Agostinho. No último capítulo alinhava em duas colunas as asserções dos autores mais recentes – com citações textuais de Molina – e as afirmações de Agostinho ou dos seus verdadeiros discípulos.

Apresenta a obra à censura de Roma, uma vez que nela se tratava de matérias da Graça. Aprovada, foi impressa em Pádua em 1673. Porém, não pôde ser publicada em Paris, por oposição do P. Le Tellier, confessor de Luís XIV e jesuíta... Quando foi pedida ao Cardial Bona a sua intervenção, este teve o seguinte comentário: «assim vai hoje o mundo: quem não é molinista é herético...».

Mais tarde a obra foi denunciada ao Santo Ofício e acabou por receber sentença favorável. O Papa Inocêncio XII nomeia Noris Cardial.

Todavia, quarenta anos mais tarde, a Inquisição de Espanha voltou a levantar o problema do «jansenismo» de Noris e colocou a *Historia pelagiana* no Índice dos Livros Proibidos.

O Papa Bento XIV protestou pela Carta «Dum praeterito», de 31 de Julho de 1748, dirigida ao Grande Inquisidor de Espanha. As obras do teólogo tinham sido cuidadosamente examinadas e nada se descobriu que estivesse em contradição com a doutrina oficial da Igreja.

As relações entre a Graça e a liberdade tratadas por ele e seus confrades correspondiam à posição da Santa Sé, que era a de deixar os autores em liberdade. Bento XIV autoriza, pela referida Carta, os três sistemas: tomista, molinista e augustiniano.

O livro do Cardial foi retirado do Índice espanhol, mas só depois da exoneração do jesuíta Ravago de confessor do Rei Fernando VI. O que resulta deste caso é que um autor ortodoxo foi acusado de jansenista por não defender as posições teológicas da Companhia⁴³.

Outros dois agostinhos Fulgêncio Bellelli⁴⁴ e João Lourenço Berti⁴⁵ foram também acusados de jansenismo. O primeiro pela obra *Mens Augustini de statu creaturae rationalis ante peccatum* e o segundo pela *De Theologicis disciplinis*.

Um ano após a morte de Bellelli, apareceu uma obra contra ele. Era seu autor Jean d'Yse de Saleon, Bispo de Rodez. Nesse escrito, *Baianismus et jansenismus redivivus*, era Berti também atacado. Jean de Saleon e Languet, Arcebispo de Sens, tentaram que a obra *De Theologicis disciplinis* fosse condenada. Bento XIV mandou examiná-la e nada foi encontrado de condenável.

⁴³ Cfr. *Historia de la Iglesia en España*, Biblioteca de Autores Critianos. Madrid, MCMLXXIX, Vol. IV, p. 653.

Enrico Noris, monge agostinho e cardial (1631-1704) nasceu em Verona a 29 de Agosto e faleceu a 22 de Fevereiro de 1704. Admirado pelos homens de ciência do seu tempo, escreveu numerosas obras e deixou muitas outras manuscritas. Iniciou a sua produção literária com uma *História pelagiana*, composta entre 1670 e 1672, quando pareciam abrandar as lutas entre jesuítas e jansenistas. Nesta sua primeira obra, Noris expõe com serenidade os acontecimentos que precederam, acompanharam e seguiram a crise pelagiana e o seu prolongamento semipelagiano. Mas, na parte final, perdeu um tanto essa serenidade, porque tomou partido contra aqueles que, de um lado e outro, tinham, de alguma maneira, desfigurado o pensamento de Santo Agostinho. Referia-se aos molinistas. O Grão-Duque da Toscana criou para ele na Universidade de Pisa a cadeira de História eclesiástica e ofereceu-lhe o bispado de Pistoia que sempre recusou. Inocêncio XII nomeou-o bibliotecário da Santa Igreja. *Dictionnaire de Théologie Catholique*, s. v. *Noris Henri*.

⁴⁴ Fulgêncio Bellelli nasceu em Buccino, na diocese de Conza, reino de Nápoles, e morreu em 1742 em Roma. Ensinou Teologia em Veneza e em Roma. Em 1727 foi nomeado Geral da Ordem dos eremitas de Santo Agostinho a que pertencia. Na obra que publicou em 1711 – *Mens Augustini de statu creaturae rationalis ante peccatum* – combate os erros de Pelágio, de Baio e de Jansénio.

⁴⁵ João Lourenço Berti nasceu em 28 de Maio de 1696 em Sarravezza, na Toscana, e morreu em Florença a 26 de Março de 1766. Com 15 anos de idade, entrou na ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Ensinou Teologia em Florença, Pádua e Roma, e História Eclesiástica em Pisa. Por mandato do Geral da sua Ordem escreveu o *De Theologicis disciplinis*, uma exposição da doutrina de Santo Agostinho, que foi objecto de muitas edições.

Foi o Cardeal Noris quem formulou o sistema augustiniano que, na conciliação da graça com a liberdade, exclui, por um lado, a ciência média dos molinistas e, por outro, afirma uma influência infalível de Deus sobre a vontade, influência diversamente explicada, mas que alguns autores designam por predeterminação moral⁴⁶. Os tomistas não lhe perdoavam os ataques contra a predeterminação física, nem outras escolas a deleitação de Jansênio⁴⁷.

O sistema augustiniano rígido quase não tem hoje seguidores.

⁴⁶ *Dictionnaire de Théologie Catholique*, s. v. «Augustinianisme (Ecole et système des augustiniens)», col. 2485.

⁴⁷ *Ibidem*, col. 2486.